



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Políticas para Infância e Juventude

### **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: estado da arte da produção teórica**

MARIA FERNANDA SCHMITT BUNN <sup>1</sup>  
CARLA ROSANE BRESSAN <sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo consiste na sistematização da primeira etapa da pesquisa de mestrado. Segundo o projeto de pesquisa, essa etapa tem por finalidade realizar o mapeamento das publicações científicas que versam sobre “**serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes**”, buscando apreender as diferentes tendências/concepções teóricas que pautam os estudos sobre o tema. O registro aqui apresentado tem como finalidade abordar o estado da arte das publicações científicas disponíveis nas principais bibliotecas digitais sobre a temática. A importância da realização de tal análise, partiu da premissa de uma baixa produção registrada; e, que se confirmou nesse primeiro momento de mapeamento realizado.

**Palavras-chave:** Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, criança e adolescente, assistência social, política pública, análise bibliográfica.

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Santa Catarina

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Santa Catarina

## **ABSTRACT**

The present article Consists of the systematization of the first stage of master's research. According to the research project, this stage has the purpose to carry out the mapping of scientific publications about "**service os coexistenceandstrengthening os bonds for childrenand teenagers**", trying to understand the different theoretic tendencies/conceptions that guide the studies about the topic. The record here presented has as goal to make an analysis about what is published about the topic in the main online libraries. The importance in the making of such analysis started of the premise of a low registered production; and that has confirmed itself in the first mapping realized..

**Key words:** service os coexistenc eand strengthening os bonds, children and teenagers, social assistency, public policy, bibliographic analysis.

## 1. INTRODUÇÃO

A assistência social enquanto política pública integrante do tripé da seguridade social, a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único De Assistência social (SUAS), seus objetivos, sua forma de gestão, estrutura e modalidades de serviços, são aspectos fundamentais na garantia de direitos humanos básicos a população brasileira. No campo dos Serviços, mais especificamente o Serviço De Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), integra a proteção social básica e volta-se para contribuir na garantia de convivência familiar e comunitária – segurança afiançada pela Lei Organiza da Assistência Social (1996) e pela PNAS (2004).

A aproximação com a temática inicialmente ocorre a partir da intervenção profissional da mestrandia, que desenvolveu atuação em uma instituição vinculada a rede de execução de âmbito municipal. Durante esse processo não foram poucas as vezes em que se percebeu falta de compreensão de questões como: papel, finalidade, estrutura do serviço presente entre os profissionais executores da política, sejam eles localizados na execução direta, como também na instância da gestão municipal. As mesmas dificuldades foram sendo reafirmadas por exemplo ao trocar com outros profissionais que também atuavam nessa área; como também, em análise aos documentos orientadores (documentos oficiais disponíveis) em que buscam parametrar o desenvolvimento da política no âmbito municipal.

Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo abordar o estado da arte das publicações científicas disponíveis nas principais bibliotecas digitais sobre a respeito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Tal análise tem sua relevância dado a pouca produção teórica existente sobre o assunto, constituindo-se assim em uma etapa preliminar do processo de pesquisa e que se volta à intenção de qualificar o objeto de estudo.

Para melhor abordar a temática proposta, o presente texto está dividido em dois grandes momentos de discussão: primeiramente é registrado alguns aportes conceituais acerca do referencial normativo e estruturados da referida Política, bem como do serviço em

questão. E, na sequência registra-se a metodologia da pesquisa e os dados coletados, finalizando com as considerações finais.

## **2. CONCEITUANDO O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E LOCALIZANDO O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV).**

Dado os limites do presente texto, optou-se por registrar aqui os principais elementos conceituais do tema abordado, tomando como referência o marco regulatório, os elementos centrais que norteiam a temática, embora seja importante indicar que se tem uma extensa produção já registrada e, de modo especial, pelo próprio Serviço Social

Somente na década de oitenta que a Política de Assistência Social no Brasil passa a ser registrada como pertencente ao tripé da seguridade social, conjuntamente com a saúde e previdência. De caráter não contributiva e disponível à quem dela necessitar, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, os princípios constitucionais derivaram a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (1993) e, em decorrência, em 1998 é criada a primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Em 2004 vai ser aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) vigente e a partir dela a indicação da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sistema este que vai ser instituído pela Norma Operacional Básica -NOB/SUAS (2005), onde estabelece as bases de sua implantação e disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro.

Segundo previsto na própria LOAS,

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A referida lei expressa os princípios constitucionais, já indica os princípios para elaboração da Política (futuramente aprovada), como também já pauta do desenho do futuro sistema a ser criado.

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 6º-B. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação (BRASIL, 1993).

A PNAS discorre mais longamente sobre os aspectos das proteções sociais básica e especial. Assim para a Proteção Social Básica (PSB) temos:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização (BRASIL, 2004, p. 33-34)

E, a Proteção Social Especial (PSE):

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada (BRASIL, 2004, p. 36-37)

Sendo assim, o SUAS organiza-se em proteção social básica e especial, sendo que a especial contém os níveis de média e alta complexidade do sistema. A proteção social básica é considerada a “porta de entrada” ao sistema, no objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e violação de direito. No caso da proteção social especial, esta consiste em atendimento a usuários/as que já tiveram seus direitos violados, sendo estes/as usuários/as encaminhados pela proteção social básica à especial.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) faz parte da proteção social básica, ou seja, tem por objetivo principal prevenir situações de violação de direito, entre outras questões. Segundo a PNAS “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2004, p. 31).

Neste aspecto, encontra-se a relevância do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV).

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2004, p. 32).

Assim, formam-se os preceitos básicos envolvidos no desenvolvimento do SCFV, considerando a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento dos vínculos do/a usuário/a com estes. É uma noção complexa que exige atenção e dedicação dos profissionais inseridos na execução do serviço, bem como da própria política social.

O SCFV baseia-se no fortalecimento dos laços familiares e comunitários como ferramenta de prevenção de violações de direito e situações de vulnerabilidade, considerando estes aspectos fundamentais na formação dos sujeitos. Segundo a PNAS a família é considerada o fundamento da proteção social, ou seja:

A assistência social, assim como a saúde, opera para além do indivíduo, isto é, introduz a família como núcleo de proteção social e estende a condição individual a cidadãos sob vivência similar, ou avizinhada, em um dado território, em uma região do país, ou de uma vitimização experienciada (SPOSATI, 2016, p. 12).

A autora segue trazendo um ponto importante a perspectiva de pensar o papel da família inserida nesta função determinada

Considero que essa extensão da proteção social pública à família deveria ser debatida de forma mais alargada possibilitando sair de uma discussão um tanto sem horizonte. No âmbito da assistência social, esse debate tem se ocupado mais com a crítica ao trabalho social com famílias pela política de assistência social – e sua crítica por se constituir em uma possível reedição do familismo. O vínculo com a família na atenção das políticas sociais no Brasil tem várias versões. A exemplo, em programas públicos de habitação popular que operam por mutirão, ou que ofertam um embrião de moradia, os lotes urbanizados, cabe à família, com seus próprios recursos, fazer crescer esse embrião até nascer uma moradia em que toda a família e suas necessidades possam ser incorporadas com dignidade (SPOSATI, 2016, p. 13).

Pensando o SCFV enquanto parte da Proteção Social Básica, trabalhando diretamente com o fortalecimento destes vínculos enquanto solução aos problemas dos sujeitos, caracteriza uma solução às situações dos/as usuários/as por inseri-los/as em espaços de convivência.

Adentrando essa perspectiva da discussão, acaba por tornar-se imprescindível a discussão do propósito e objetivo de toda política pública no Estado capitalista: a permanência do sistema como o mesmo se encontra, a inserção pacífica de indivíduos ao mercado de trabalho e a adaptação de sujeitos ao mundo capitalista.

Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, [...], por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2017, p. 63)

As autoras aqui ressaltam o aspecto contraditório: de fato, a garantia de direitos é fundamental ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade social no Brasil de maneira geral, mas, ao mesmo tempo, desmonta e desestabiliza estas noções pelo sistema econômico no qual se encontra, que subjuga e diminui o sujeito, o culpabilizando pela sua situação, e faz das políticas públicas ferramentas ativas de enquadramento destes sujeitos nessas noções.

Segundo Faleiros (2014, p. 46) as políticas sociais “[...] são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” e “[...] são mediações para reproduzirem a força de trabalho, segundo o projeto da fração hegemônica da burguesia”.

Assim, a partir destas perspectivas tem-se uma noção breve dos desafios encontrados na implementação de uma política pública como a assistência social, em especial, o SCFV, pois, em diretrizes bem como as vistas, este serviço acaba por torna-se próximo a prática da inserção de indivíduos ao mercado de trabalho e a conformação destes ao sistema vigente.

### **3. METODOLOGIA**



Como elemento constitutivo do projeto de pesquisa em implementação, evidenciou-se a necessidade de mapear as publicações científicas disponíveis em meio digital, produções relacionadas a área do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para que seja possível, então, realizar um “estado da arte” a respeito da temática elaborando um “mapa das produções” para posterior análise.

Para tanto tomou-se como referência as bases de dados: Periódicos CAPES; Scielo; Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações; Google acadêmico.

Para realização das buscas, foram colocadas as mesmas palavras-chaves em todas as bases de dados, sendo “Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos” e “SCFV” as palavras-chaves escolhidas. As buscas ocorreram nas duas primeiras semanas de abril de 2022 e no momento do levantamento, foram consideradas publicações relacionadas ao SCFV de crianças e adolescentes, desconsiderando publicações a respeito de serviços destinados a outras faixas etárias.

As buscas foram de natureza geral, compreendendo todas as publicações de todas as áreas do conhecimento. Dessa forma foram localizadas publicações das áreas: serviço social, enfermagem, educação, etc. A finalidade de levantar as produções acadêmico/científicas nas mais diferentes áreas considera que atualmente encontra-se as mais diferentes áreas atuando no campo do referido serviço. E, considerando a pequena publicação do Serviço Social na temática, conhecer o que está sendo produzido em outras áreas é fundamental nesse momento, oferecendo a possibilidade de reconhecer as diferentes tendências/concepções teóricas produzidas acerca da temática.

Realizada o levantamento, foi dado início à um processo de catalogação e sistematização em planilha de excel, considerando as modalidades de produções. As produções acadêmicas foram divididas em: a) Trabalhos De Conclusão De Curso (TCCs)/graduação; b) dissertações / mestrado; c) teses / doutorado. Além das referidas modalidades, foi registrado em outra planilha os “artigos científicos”.

No presente artigo, as análises vão se concentrar nos aspectos mais gerais do mapeamento, concentrando-se em: tipos de publicação; áreas do conhecimento à que a

produção se vincula; e, como uma primeira aproximação conceitual, foi registrado as palavras-chave, na perspectiva de sinalizar a direção de abordagem registrada.

#### 4. RESULTADOS

A partir das bibliografias levantadas dispostas, compreende que, enquanto publicações na área de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de crianças e adolescentes tem-se, hoje, no Brasil, 13 TCCs a respeito da temática, 6 dissertações de mestrado, 2 teses de doutorado e um total de 20 artigos científicos que discutem o tema.

Considerando esta mesma informação em forma porcentual, tem-se:

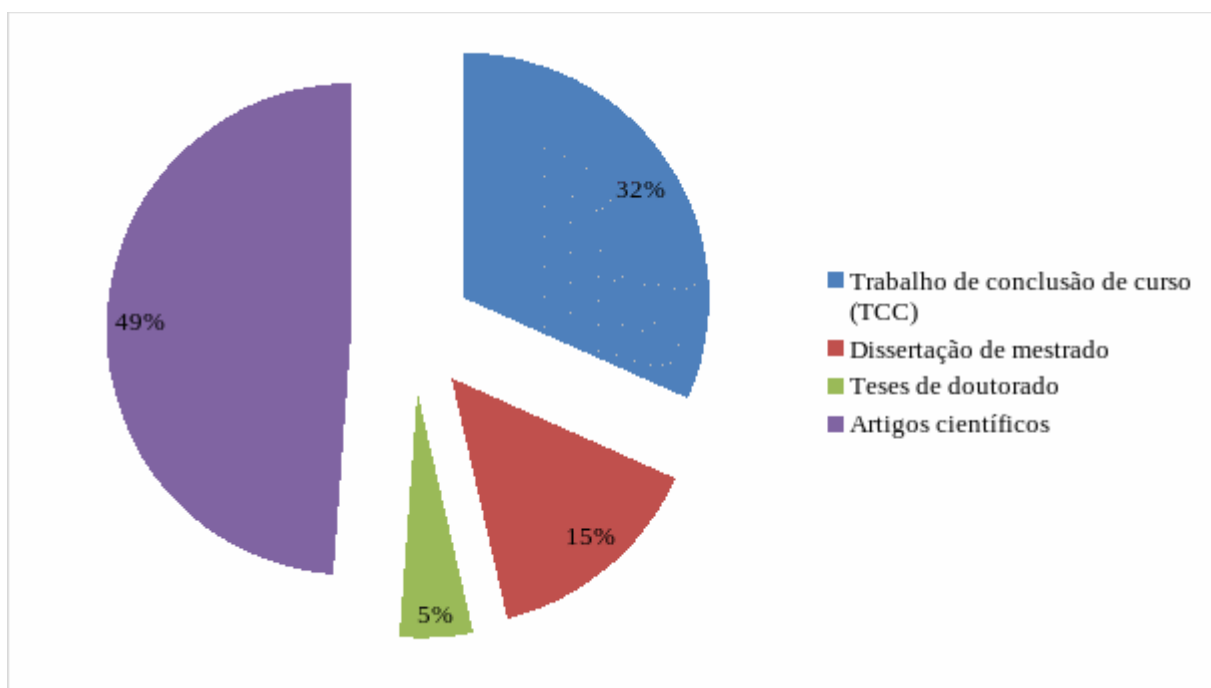


GRÁFICO I – Tipos de publicação

O número mais relevante de publicações na área são os artigos científicos, com total de 49%, seguida logo pelos trabalhos de conclusão de curso com 32%, depois as dissertações de mestrado com 14% e as teses de doutorado que representam apenas 5% da nossa amostra.

Este total de bibliografias angariadas é considerada pequena, considerando a dimensão do SCFV dentro do SUAS e da política nacional de assistência social, sua execução e o envolvimento direto na vida de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias.

## 1. Área do conhecimento

É importante refletir a respeito da concentração das áreas de conhecimento em que cada uma das referências encontrada nas bases de dados se refere, uma vez que foram encontradas áreas bastante diferentes, o que faz ressaltar a diversidade de profissionais inseridos nos serviços e na execução da política de assistência social.

Como foi explicado, as referências foram selecionadas em dois tópicos diferentes, sendo “produções acadêmicas” e “artigos científicos”. Nas “produções acadêmicas foram assinaladas os “cursos/programas”, enquanto nos “artigos científicos” foi assinalado a “área do periódico/evento”.

Iniciando no tópico de “**produções acadêmicas**”, tem-se as teses de doutorado, as dissertações de mestrado e os trabalhos de conclusão de curso, que serão aqui tratados de forma separada antes de quantificá-los de forma coletiva.

A partir do disposto enquanto área do conhecimento das **teses de doutorado** produzidas a respeito do tema do SCFV para crianças e adolescentes há duas áreas diferentes: educação e enfermagem.

Quanto a **dissertações de mestrado** na temática do SCFV para crianças e adolescentes apresentam um total de 6 publicações de 6 áreas também distintas: desenvolvimento territorial e políticas públicas, direitos humanos, humanidades, serviço social, educação e outra sem área definida.

Quanto a **trabalhos de conclusão de curso**, há uma quantidade maior de publicações (13), com áreas em comum, especialmente publicações da graduação do departamento de serviço social da UFSC, totalizando 06 publicações. Há duas publicações de TCC de cursos de pós graduação, uma em questão social e a outra em gestão pública municipal, sendo os outros 5 da área do serviço social.

A partir dos referidos dados, percebe-se uma diversidade de áreas que fazem a discussão do SCFV, com o que pode ser considerada uma quantidade baixa de publicações acadêmicas no tema, gerando questionamentos com relação aos motivos de se pensar pouco a respeito do mesmo nos espaços das universidades.

Quando se pensa em TCCs, a Universidade Federal de Santa Catarina aparece com relevante número de publicações, muitas vezes relacionado aos campos de estágio onde os/as estudantes/as se inserem, mas o mesmo não se encontra nas dissertações e teses, que não há uma única publicação com relação a temática pela instituição.

Seguindo, então, ao tópico “**artigos científicos**”, este consiste em uma lista de artigos dispostos em eventos e revistas de todas as áreas do conhecimento em território nacional. Quando a designação da área, considerou-se a área da revista ou evento de publicação do texto.

A partir do disposto acima, trabalha-se com a maior amostra de publicação (considerando as produções acadêmicas e os artigos científicos), é possível perceber mais objetivamente as áreas de cada um.

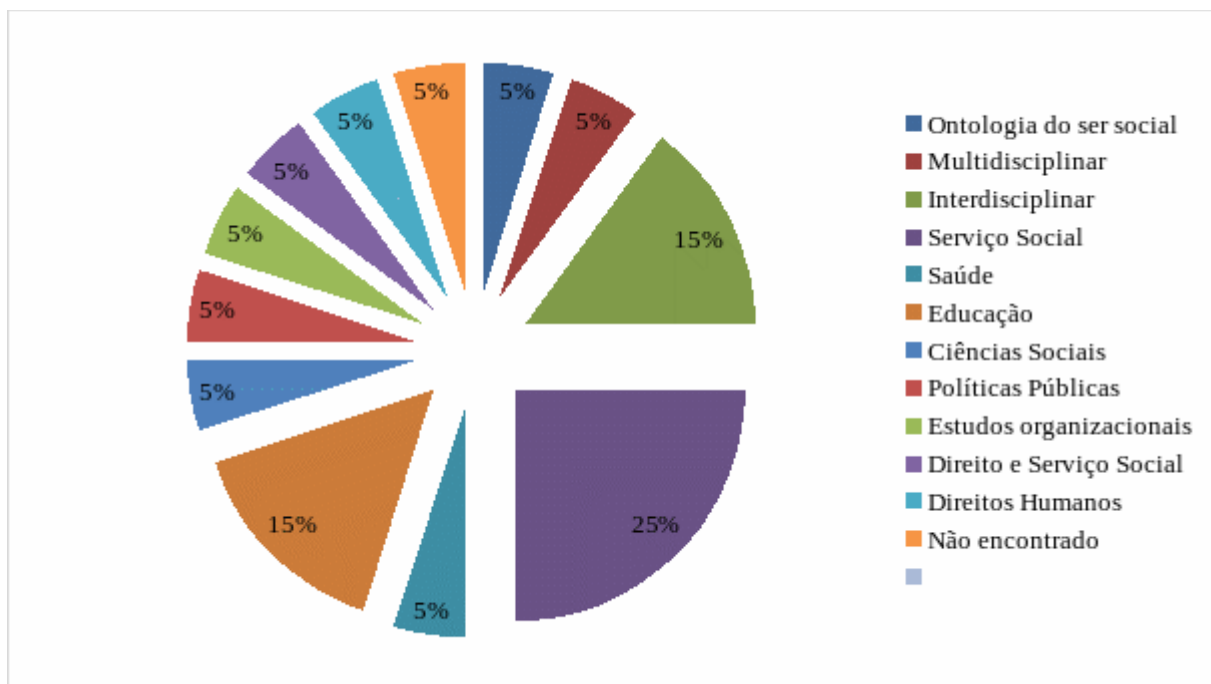


Gráfico II – Área dos artigos científicos

A partir do gráfico, é possível perceber a quantidade de artigos científicos por área do conhecimento, sendo liderada pelo Serviço Social, com 25% das publicações totais de artigos (5 unidades), depois vem a interdisciplinaridade, com 15% das publicações (3 unidades), bem como a educação, que tem a mesma porcentagem. Todas as outras áreas encontradas, sendo ontologia do ser social, multidisciplinaridade, saúde, ciências sociais, políticas públicas, estudos organizacionais, direitos e serviço social e direitos humanos acabaram com 5% (1 publicação cada).

Serviço Social, bem como nos TCCs, apresenta-se como a área com maior número e publicações, e a educação apresenta-se como área relevante da produção de conhecimento sobre o SCFV, uma vez que uma das duas teses de doutorados sobre a temática é também da área da educação.

## 2. Palavras-chave

Outro ponto fundamental de ser analisado são as palavras chave encontrado em todas as publicações, no objetivo de compreender o que foi mais discutido nos textos encontrados. Novamente, a organização se dará pelos tópicos anteriormente citados, iniciando pelas “**produções acadêmicas**”.

A análise das palavras chave das teses de doutorado e dissertações de mestrado serão realizadas em conjunto, compreendendo a pequeno número de teses e por serem ambos provenientes de programas de pós-graduação.

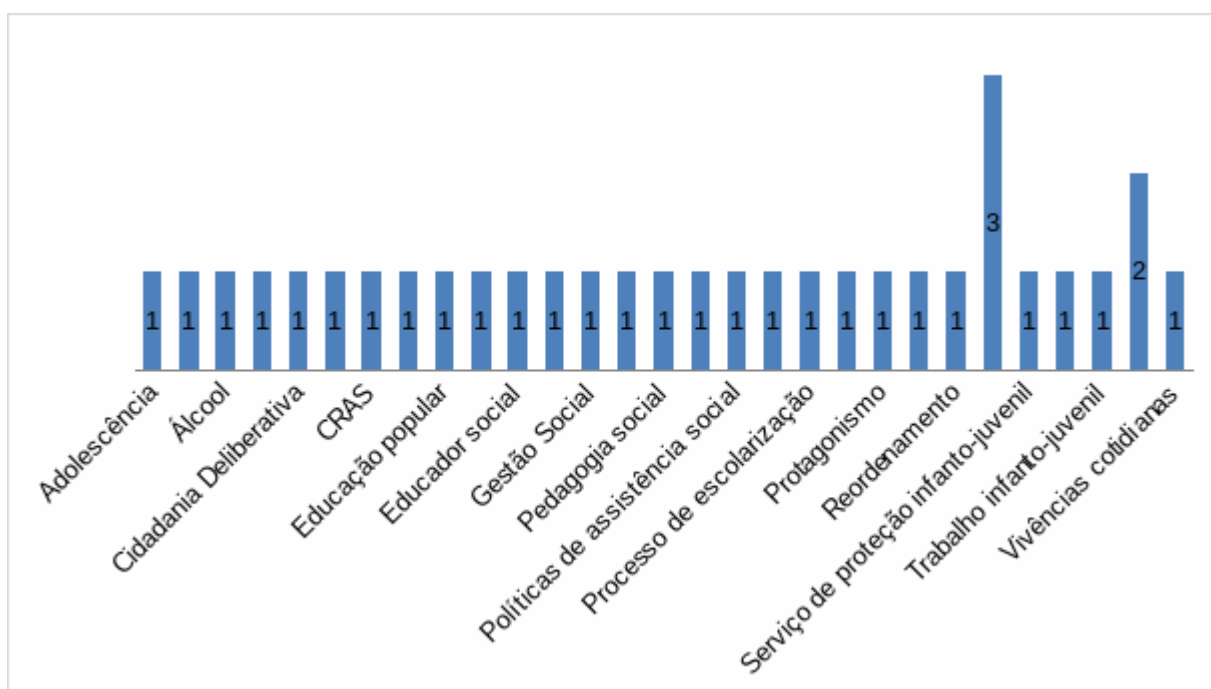


GRÁFICO III – Palavras chave das teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Como é possível notar, há uma diversidade enorme de assuntos abordados nas teses e dissertações encontradas, sendo os principais assuntos “serviço de convivência e

fortalecimento de vínculos”, aparecendo em três publicações, e “violência” aparecendo em outras duas publicações.

Esta amostra vem demonstrar a complexidade de assuntos que podem ser abordados a respeito da pesquisa em SCFV, bem como a diversidade de pesquisas encontradas sobre o tema.

Quanto as publicações de trabalho de conclusão de curso, tem-se:

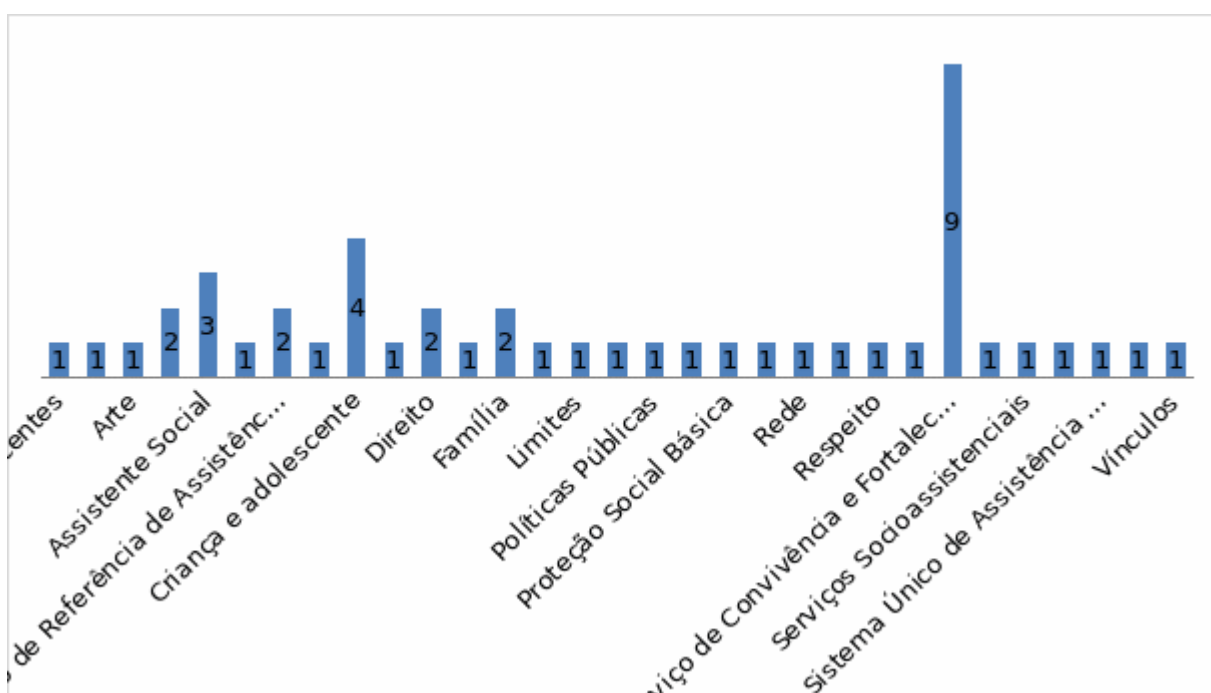


GRÁFICO IV – Palavras chave dos trabalhos de conclusão de curso

Quanto aos TCCs, há bastante diversidade, mas um número maior de publicações com as mesmas palavras chave, como nove publicações apresentado “serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, quatro que trazem “criança e adolescentes, duas que trazem “direito”, “CRAS”, “assistência social” e “família” consecutivamente, e três citações a palavra “assistente social”.

Assim, é possível perceber ainda sim uma diversidade, pois contém 31 palavras-chave no total, entretanto, até por conter um número mais relevante de publicações, são bibliografias com mais potencial de conversarem entre si com mais facilidade por conta da repetição de palavras-chave.

Com relação as palavras-chave dos artigos científicos, tem-se:

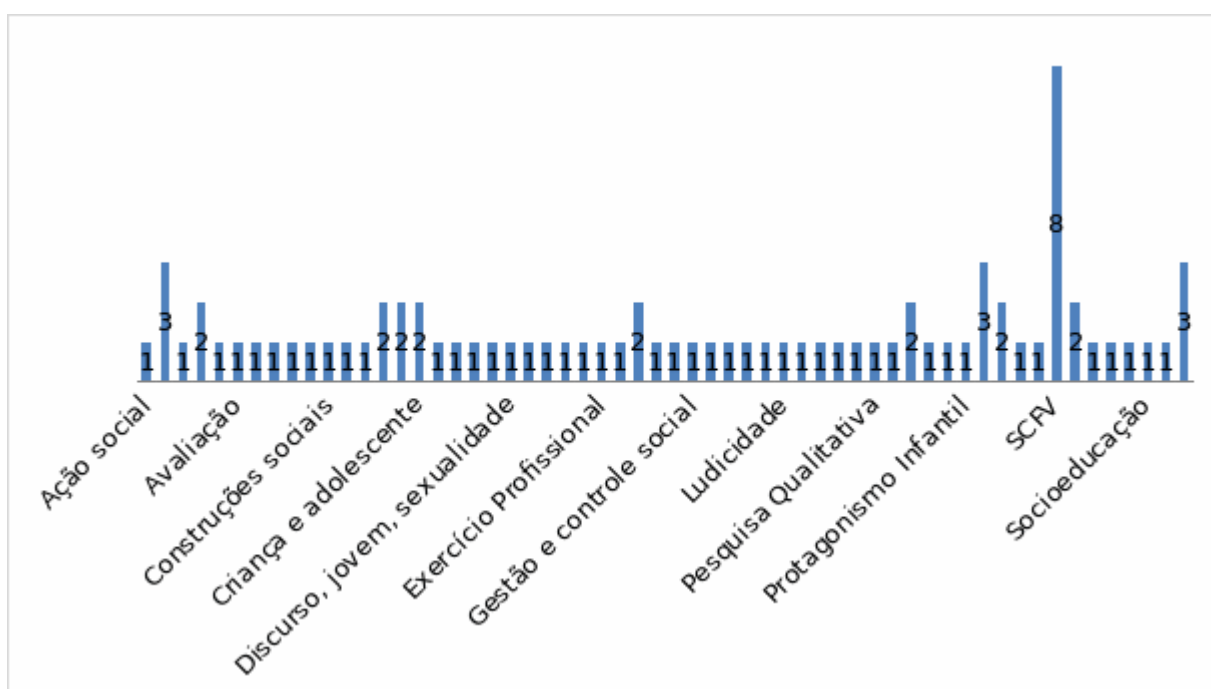


GRÁFICO V – Palavras chave dos artigos científicos

Quanto aos artigos científicos, as palavras-chave são mais diversas ainda, por conta do maior número de publicações, contanto com a menção de SCFV oito vezes, por exemplo. Demonstra novamente a complexidade da temática e da produção do conhecimento neste campo de pesquisa.



## 5. CONCLUSÃO

Compreendendo, com o levantamento realizado e observando mais detalhadamente os elementos conceituais anteriormente registrados a respeito da temática, há uma pequena quantidade de produções a respeito da temática, totalizando 41 entre produções acadêmicas e artigos científicos, entre periódicos e eventos. Considerando, a partir disso, uma baixa dedicação da academia e profissional no desenvolvimento de conhecimento na temática, algo preocupante, uma vez que todo município executa o serviço e deve pensar a política pública, bem como a teoria que embasa toda atuação profissional.

Pensando, então, nas áreas de publicação das bibliografias, há uma diversidade de áreas do conhecimento como educação e serviço social, ou até mesmo a saúde, trazendo aspectos diferentes de análise para a discussão. Há riqueza na diversidade, de fato, mas há também preocupação com o fato do serviço social publicar pouco sobre o tema, especialmente na dimensão acadêmica da pós-graduação, considerando que assistentes sociais estão diretamente inseridas na execução do serviço e da política de assistência social em si e que, eticamente, devem compreender uma visão crítica da realidade.

Considerando, então, as palavras-chave encontradas nas referências, considera-se uma quantidade relevante de assuntos tratados nos escritos, compreendendo a dimensão do serviço e sua complexidade, mas este aspecto traz uma preocupação com relação a falta de um assunto mais comum entre as publicações, questionamentos mais profundos a respeito da efetividade do serviço, questionando a política pública em si, enfim, uma visão mais crítica da temática.

Sendo assim, reafirma-se a importância refletir acerca do SCFV sistematizando experiências profissionais, focando sempre na perspectiva crítica no objetivo de fortalecer a política pública de qualidade como direito de todos/as e, em se tratando de criança e adolescente, de compreender o espaço de prioridade que este aspecto traz pra discussão do serviço para esta faixa etária em específico, considerando ainda a sua relevância no contexto da Política Nacional De Assistência Social.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Lei 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Ministério da previdência e assistência social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: DF, setembro de 2004.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBECK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (org.). **O sistema único de assistência social: uma realidade em movimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017. 333 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 216 p.

SPOSATI, Aldaíza. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? **Argum**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 6-15, ago. 2016.

,